

Deputado quer o fim das queimadas

Comissão da Câmara que apura a atuação das empresas na Amazônia vota relatório hoje. Texto exige interrupção do desmatamento

Ronaldo Brasiliense e Warner Bento Filho
 Da equipe do Correio

Se tudo continuar do jeito que vai, em 50 anos a floresta amazônica será apenas uma fotografia na parede — estará totalmente destruída. O alerta é do deputado Gilney Viana (PT-MT), que apresentou ontem seu relatório sobre a presença das madeireiras asiáticas no Brasil.

Segundo Viana, a cada ano são destruídos — por queimadas, desmatamento ou exploração de madeira — cerca de 50 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica. Neste ritmo, não restará nada mais da floresta daqui a 50 anos. O texto deve ser votado hoje pela Comissão Externa da Câmara, que investiga a atuação das madeireiras na região.

O relatório apresenta propostas polêmicas, como a proibição das queimadas na floresta a partir do ano que vem. Grande parte das queimadas na Amazônia são feitas por pequenos agricultores. Sem acesso a roçadeiras ou outras máquinas e implementos que possibilitem a "limpeza" da área para novo plantio, estes agricultores repetem as queimadas todos os anos.

"A proposta é um exagero", reagiu o deputado Osmir Lima (PMDB-AC). "O deputado Viana levou em consideração, no relatório, apenas as questões ambientais e esqueceu os aspectos sócio-econômicos. A proibição das queimadas vai prejudicar o pequeno produtor, porque ele não tem como adquirir máquinas e o governo não dá qualquer incentivo", criticou o parlamentar.

A crítica é compartilhada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins. "O que ele está propondo é impossível de ser praticado. A parte social foi desconsiderada. Se isso for posto em prática, provocará desemprego e fome", disse.

DESMATAMENTO

Outra sugestão polêmica é a moratória do desmatamento por dez anos. Segundo Viana, a área que já foi desmatada na floresta amazônica já é mais do que suficiente para a agricultura, pecuária ou qualquer outra atividade econômica na região.

Segundo ele, é preciso tomar a medida porque, apesar de todos os

esforços, o desmatamento vem aumentando na região. De acordo com projeções, a taxa de desmatamento aumentou cerca de 25% durante o governo Fernando Henrique.

Segundo os dados levantados por Viana, até 1994, eram desmatados, em média, 14.600 km quadrados de floresta a cada ano. Pelas suas estimativas, a partir de 1995, o número seria de 18 mil km. Desde que assumiu, o presidente Fernando Henrique jamais divulgou dados sobre desmatamentos da Amazônia. E as organizações ambientalistas não governamentais insistem em que o desmatamento na região tem aumentado.

Outra constatação polêmica se refere aos assentamentos para a reforma agrária. Segundo o deputado, 88% de toda a área destinada à distribuição de terra aos colonos estão na Amazônia.

Durante o regime militar (1964-1984), quase a totalidade (98,87%) dos assentamentos foram feitos na região, por meio dos projetos de colonização. De 1985 a 1994, a participação da Amazônia nos assentamentos caiu para 80,3%. No governo FHC, 76% da

área destinada à reforma agrária estão na região.

O deputado quer excluir das desapropriações para fins de reforma agrária as áreas de floresta primária, ou seja, as terras que ainda não foram alteradas.

MEDIDAS

O relatório será encaminhado à Procuradoria Geral da República, para os presidentes da Câmara e do Senado e para o presidente Fernando Henrique. Viana espera que algumas medidas, como a proibição das queimadas, sejam tomadas pelo presidente Fernando Henrique, por meio de decretos e medidas provisórias.

O parlamentar também vai solicitar ao Ibama que exija o cumprimento das leis por parte das empresas estrangeiras que exploram madeira na Amazônia. "Das 13 empresas asiáticas, 12 já cometeram irregularidades", diz.

O coordenador do Programa Amazônia da ONG ambientalista Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, aproveita a divulgação do relatório para criticar a atuação do Ibama. De acordo com denúncias da entidade, funcionários do Ibama participam de esquema para "esquentar" (tornar legal) madeira extraída ilegalmente de áreas indígenas na fronteira do Brasil com o Peru.

Jorge Cardoso 22.10.97

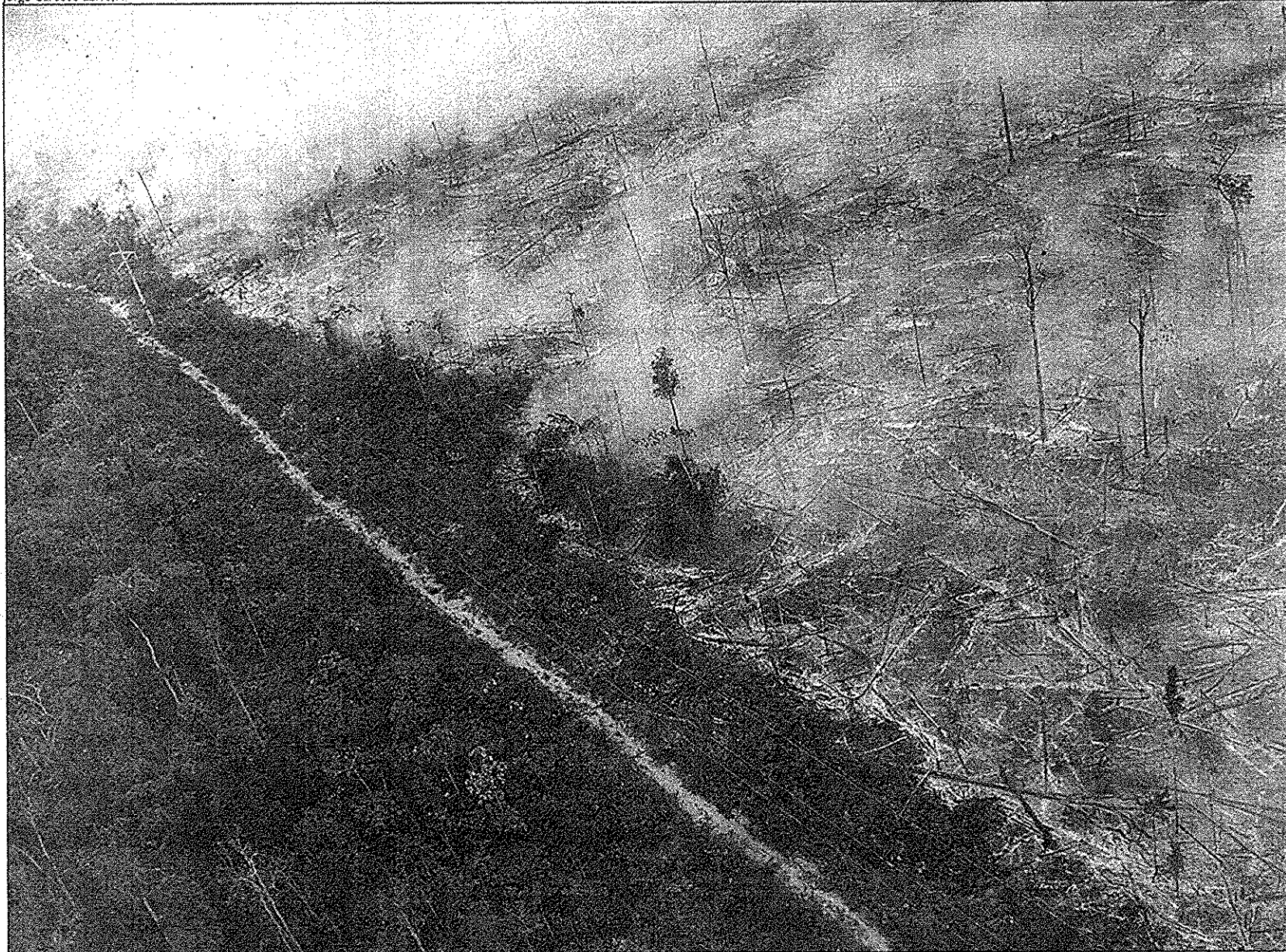


Imagem da desvatação da floresta: a cada ano, entre queimadas e desmatamentos, cerca de 50 mil quilômetros quadrados da Amazônia são destruídos

Parlamentares esvaziam sessão

Apesar das propostas polêmicas, o relatório do deputado Gilney Viana (PT-MT) sobre a presença das madeireiras asiáticas no Brasil não chamou a atenção de seus colegas. Na sala onde o relatório foi apresentado, na Câmara dos Deputados, havia mais jornalistas que parlamentares. Contando com o relator, eram quatro deputados.

O deputado Osmir Lima (PMDB-AC), que seria o quinto da lista, se retirou da sala logo depois de aberta a sessão, não sem antes criticar a proposta e pedir vistas do relatório, o que impediu que o texto fosse votado ontem mesmo. Os debates ficaram reduzidos aos deputados Luciano Pizzatto (PFL-PR), representante dos madeireiros, Antônio Brasil (PMDB-PA) e Gervásio de Oliveira (PSDB-AP).

Pizzatto propôs que a proibição das queimadas passasse, primeiro, por um período de transição de três ou cinco anos, para que os pequenos agricultores possam se adaptar às novas regras. Durante este tempo, o governo ficaria obrigado a repassar as técnicas corretas aos agricultores. (WBF)

RECOMENDAÇÕES

MORATÓRIA DO DESMATAMENTO

A proposta é que os desmatamentos na Amazônia fiquem proibidos durante dez anos. A medida seria tomada por meio de medida provisória, pelo presidente Fernando Henrique

PROIBIÇÃO DAS QUEIMADAS A PARTIR DE 1998

Por meio de decreto presidencial. As queimadas, assim como o desmatamento, vêm crescendo na região, segundo o deputado

TRANSFORMAR 10% DA AMAZÔNIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A proposta é atingir a meta até o ano 2000. Segundo o presidente do Ibama, Eduardo Martins, já há 9% da área nesta situação.

FISCALIZAR MADEIREIRAS ESTRANGEIRAS

O deputado quer que todas as empresas transnacionais passem por auditoria ambiental.

REFORMA AGRÁRIA

Proibir assentamentos nas áreas de floresta virgem. Em casos permitidos excepcionalmente, a reserva de floresta não poderá ser dividida.

EXPLORAÇÃO DE MADEIRA

Viana propõe a proibição da exploração de madeira, pelos próximos dez anos, em áreas críticas da floresta. Durante este tempo, seria feito o zoneamento ecológico-econômico de toda a Amazônia

ANÁLISE DA NOTÍCIA

MEDIDAS IMPRATICÁVEIS

Ronaldo Brasiliense
 Da equipe do Correio

Algumas sugestões apresentadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga a exploração predatória da floresta, as madeireiras asiáticas, as queimadas e os desmatamentos na Amazônia Legal (que é formada por nove estados) estão cercadas de boas intenções. Mas, na prática, dificilmente poderão ser implementadas. Não há, por exemplo, qualquer viabilidade de se proibir queimadas na região já a partir do ano que vem.

E o que fariam milhares de famílias de pequenos agricultores da região Norte que, todos os anos, desmatam e queimam, em média, 1 hectare de floresta para fazer suas roças? Esse contingente — que seriam mais de três milhões de pessoas — ficaria sem condições de subsistência. Sem falar que o sistema de fiscalização federal, estadual e municipal existente na Amazônia não teria a mínima condição de fazer cumprir a proibição.

A moratória de 10 anos para desmatamentos na Amazônia brasileira é outro sonho. Seria bom se houvesse, mas levaria à falência a indústria madeireira da região, gerando milhares de novos desempregados.

Declarar todas as terras públicas federais da Amazônia em unidades de conservação é outra medida de impacto, mas inexecutável. Só Exército, Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e Ae-

ronáutica possuem na Amazônia mais de 10 milhões de hectares — uma área maior do que a reserva yanomami (9,4 milhões de hectares), mas parte dessa terra não tem pouco valor em termos de representatividade ambiental.

Há ainda no relatório da comissão da Câmara algumas distorções quanto a relação existente entre queimadas e desmatamentos na região. Não se pode desconhecer que a floresta amazônica perdeu 469 mil quilômetros quadrados neste século — dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) até 1994 — mas não se pode afirmar que cada queimada represente um novo desmatamento.

Sabe-se que em muitas regiões da Amazônia, principalmente no sul do Pará e na área de influência da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), muitas queimadas atingem áreas de pasto, de fazendas implantadas na região com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), numa época em que a floresta nativa tinha valor econômico zero pelos parâmetros dos burocratas do governo.

A renovação da moratória para o mogno e a definição de áreas de exclusão para a atividade madeireira são medidas factíveis. Mas é bom lembrar que nas terras indígenas não é permitida a atividade das madeireiras que, mesmo assim, por falta de fiscalização, continuam explorando mogno, como no caso da reserva Caiapó, em São Félix do Xingu, no sul do Pará.